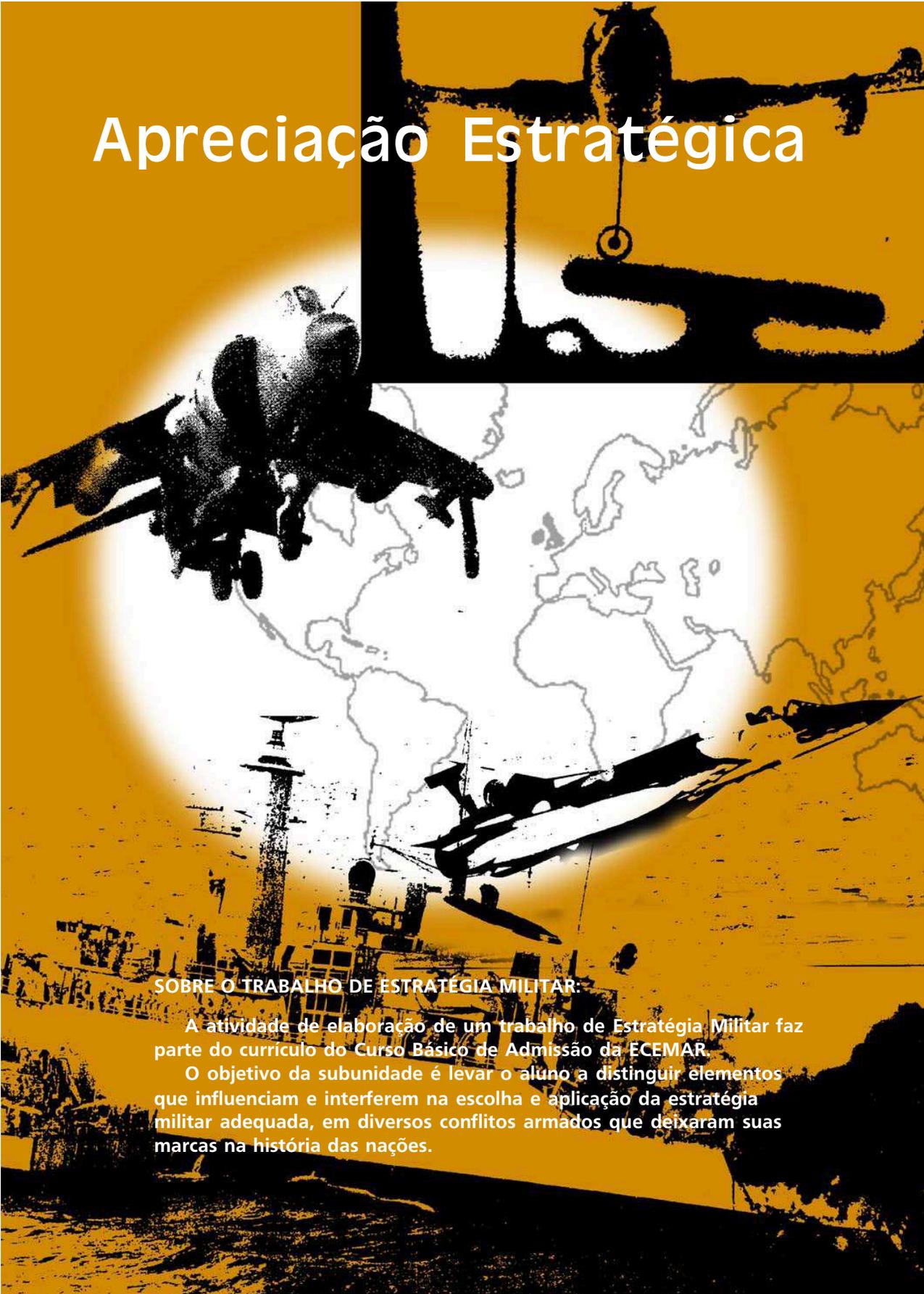


Apreciação Estratégica



SOBRE O TRABALHO DE ESTRATÉGIA MILITAR:

A atividade de elaboração de um trabalho de Estratégia Militar faz parte do currículo do Curso Básico de Admissão da ECEMAR.

O objetivo da subunidade é levar o aluno a distinguir elementos que influenciam e interferem na escolha e aplicação da estratégia militar adequada, em diversos conflitos armados que deixaram suas marcas na história das nações.

CONFLITO NO ATLÂNTICO SUL - A Participação Argentina

Maj.-Inf. Amilcar Andrade Bastos

1 - Súmula Histórica

O confronto armado deflagrado com a tomada de Porto Stanley e da Geórgia do Sul pelos argentinos, em 2 e 3 de abril de 1982 respectivamente, não marca o início da disputa pela soberania do arquipélago das Malvinas. Tal pleito tem origem nos últimos anos do século XV, quando, pela primeira vez, se buscou estabelecer a posse das recém-descobertas terras americanas, e ainda se arrasta ao sabor dos acontecimentos.

Embora a nacionalidade do descobridor do arquipélago seja alvo de contradição entre os historiadores, é certo que os franceses, apesar de não integrarem o rol dos possíveis descobridores, são responsáveis pelo início da colonização, em 1696, das ilhas que passaram a ser chamadas de Malouines – de onde se originou o nome atual de Malvinas, em virtude de situar-se na cidade francesa de Saint Maló a Companhia de Pesca do Mar do Sul, responsável pelo envio de vários barcos ao arquipélago. São também os franceses, na figura do oficial navegador Louis Antoine de Bougainville – mais tarde senador de Napoleão, que fundam, em 1764, o primeiro povoado das Ilhas Malvinas: Porto São Luís.

Na segunda metade do século XVIII, manifestam-se os sintomas da Revolução Industrial na Inglaterra e na França, as duas maiores potências industriais e comerciais da época, que se conflitavam em virtude do interesse que ambas possuíam em dominar novos mercados, assegurando e expandindo o controle econômico sobre o mundo.

No intuito de assegurar o expansionismo, já em 1748, a coroa britânica determinava ao

Comodoro Anson a realização de uma expedição pelo mundo, em busca de pontos estratégicos para o desenvolvimento comercial inglês. Desta viagem, resultou a indicação das Malvinas como sendo de relevante papel estratégico, devido à sua privilegiada localização em relação às rotas marítimas para o Pacífico.

Em 1765, ano seguinte ao estabelecimento do primeiro povoado no arquipélago das Malvinas pelos franceses, desembarcou na Ilha Trinidad o britânico Byron, fundando Porto Egmont e lá instalando uma unidade militar.

A Espanha, por sua vez, detentora da soberania do arquipélago desde o Tratado de Tordesilhas e outros que o ratificaram, requisitou da França a sua desocupação, no que foi atendida após o pagamento de uma indenização. O espanhol Felipe Ruiz Puente foi, então, designado governador das Malvinas, o Porto de São Luis passou a chamar-se Porto de la Soledade e os espanhóis passaram a tentar negociar, sem sucesso, a retirada dos britânicos de Porto Egmont.

Os ingleses, recalcitrantes em permanecerem no arquipélago, foram expulsos em meados de 1770, para retornarem no ano seguinte, lá permanecendo até o ano de 1774, quando deixaram as ilhas definitivamente.

A independência Argentina fez com que os espanhóis também retornassem ao seu país e, em 1820, o primeiro governo argentino é instalado nas ilhas Malvinas.

Tendo apoiado os argentinos em seu processo de emancipação política, a Inglaterra passou a usufruir as boas relações com aquele povo, do que resultaram acordos comerciais e de navegação que incluíam as Malvinas.

Os britânicos, no entanto, que não se haviam esquecido da importância estratégica do arquipélago, passaram a perceber seu potencial econômico, representado, principalmente, por sua fauna marinha. Tal



situação levou o governo inglês a reacender a questão sobre a posse das ilhas, a expulsar os argentinos, em 1831, e, apesar dos protestos destes, a instalar colonos ingleses, por volta de 1840.

A situação assim permaneceu até 1982, quando o governo argentino voltou a reclamar seu legado histórico, herdado da Espanha.

2 - Análise do Fato

2.1 Percepção das Ameaças

A Argentina jamais reconheceu a soberania britânica sobre as ilhas Malvinas, tendo sempre protestado contra a ocupação do arquipélago, sem, no entanto, manifestar reações de relevo. Tal situação perdurou até o final da II Guerra Mundial, após o que a Argentina passa a encarar a questão das Malvinas de forma mais contundente, chegando mesmo a efetuar ameaças mais radicais de tomada das ilhas através do uso da força. Essa mudança de posicionamento, resolvida no campo diplomático, refletia um novo foco de interesse dos argentinos na posse do arquipélago, pois, às razões históricas e emocionais, juntava-se a crescente percepção do interesse estratégico.

Findo o segundo grande conflito mundial, a Inglaterra criou uma espécie de vácuo estratégico no Atlântico Sul ao retirar sua força marítima do arquipélago. A este fato, que por si só já fez aumentar o interesse argentino, soma-se a evolução da Guerra Fria entre os blocos oriental e ocidental de nações, fazendo com que vários países, destacando-se os Estados Unidos, se preocupassem com a ocupação estratégica das ilhas e passassem a demonstrar sinais de apoio à Argentina em seus anseios de retomada militar das Malvinas.

Internamente, a questão das Malvinas transformou-se em ponto de honra para os argentinos, que exerciam forte pressão popular sobre os sucessivos governantes, e teve maior repercussão nos governos militares

que sucederam a morte de Perón e a deposição de sua mulher Isabelita.

A partir do 5º Golpe Militar, em 1966, na gestão do Gen. Juan Carlos Onganía e de seus sucessores, os Gen. Roberto Marcelo Levingston (1970 – 1971) e Alejandro Agustín Lanusse (1971 – 1973), bem como após o 6º Golpe Militar, em 1976, nos governos dos Gen. Jorge Rafael Videla (1976 – 1981) e nos de seus sucessores, os Gen. Roberto Eduardo Viola (1981) e Leopoldo Fortunato Galtieri (1981 – 1982), o governo argentino passa a intensificar sua ofensiva diplomática e, paralelamente, a se preparar militarmente para o possível conflito, mormente no governo Galtieri.

Aos fatores expostos, que induziam o governo à deflagração do conflito, juntou-se outro de influência decisiva: a crença argentina, baseada em dois fatos, de que a Inglaterra estava procurando desengajar-se do Atlântico-Sul, conforme a seguir:

1º - a aprovação, em meados de 1981, de legislação que excluía do direito de cidadania britânica cerca de 800 habitantes do arquipélago; e

2º - no dia 30 jun. 81, foi anunciado, na Câmara dos Lordes, no intuito de diminuir despesas, a retirada do *Endurance*, navio de patrulha polar, da região das Malvinas.

2.2 Sociedade

Em 1982, não havia, entre os argentinos, qualquer dúvida sobre o seu direito de posse em relação às ilhas Malvinas. Tão grandes quanto esta certeza eram o inconformismo em relação à ocupação estrangeira do arquipélago e o anseio pela revanche e desagravo à bandeira argentina, cultuados por mais de século.

É fato, entretanto, que o povo argentino nutria um sentimento dúbio em relação à Inglaterra, oriundo da influência desta nação em todo o processo de desenvolvimento



argentino, mesmo que em defesa de seus próprios interesses. Este sentimento, talvez responsável por retardar tanto uma decisão argentina mais consistente, não foi forte o suficiente para impedir que se criasse, com o passar dos anos, uma espécie de obsessão coletiva em torno da idéia de retomada do arquipélago.

Ressalte-se, ainda, que a possibilidade do desencadeamento de operações militares fazia com que os integrantes das Forças Armadas vislumbrassem a oportunidade de recuperação do prestígio junto à população, uma vez que este se extinguia na mesma proporção em que fracassavam os planos econômicos dos sucessivos governos militares.

2.3 Lideranças e Idéias

Os líderes militares e civis da Argentina que mais se destacaram antes e durante o conflito foram:

- Nicanor Costa Méndez, Chanceler nos Governos Onganía, Viola e Galtieri, chegando, nestes últimos, a ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores, tendo-se destacado nas negociações com a ONU e a Inglaterra, embora seja atribuída a ele a responsabilidade por seu país não haver considerado o manifesto interesse da Marinha Britânica em desativar diversas unidades ainda no primeiro semestre de 1982;

- General-de-Exército Leopoldo Fortunato Galtieri, que substituiu, por golpe, o Gen. Viola no cargo de Presidente da República Argentina e chefiou a Junta Militar. Ambicioso e de personalidade egocêntrica, pretendeu entrar para a história como herói nacional e recuperar o apoio popular ao governo, ordenando a campanha militar para a retomada do território insular das Malvinas; e

- Vice-Almirante Juan José Lombardo, Comandante do Teatro de Operações do Atlântico Sul, que articulou o plano de invasão

das Malvinas, tendo deslocado as forças navais para o sul da Argentina sob pretexto de participarem de manobra conjunta com o Chile. Embora devesse caber a ele o comando centralizado de todas as operações, no prosseguimento do conflito enfrentou crescente resistência dos comandantes do Exército e da Força Aérea, relutantes em aceitar que a direção geral coubesse a um oficial de Marinha, quando a participação desta era cada vez menor.

2.4 Doutrina

Ao serem analisados os principais aspectos doutrinários adotados pelas Forças Armadas argentinas, percebe-se a nítida influência da doutrina alemã ao tempo da II Guerra Mundial, adaptada às novas condições de armamentos e equipamentos. Entretanto, não tinham uma doutrina de operações conjuntas ou combinadas, imprescindíveis na guerra moderna, para que os objetivos pudessem ser atingidos com eficácia.

Desde o início das operações, não houve uma preocupação em se agrupar todos os meios disponíveis sob um único comando. As Forças Armadas, há mais de um século sem se envolverem em conflitos, dividiam-se em compartimentos estanques, cada uma guardando e mostrando ciúmes dos seus próprios meios e atribuições.

A criação de comandos operacionais, que se superpunham em jurisdição e não dispunham dos componentes necessários ao cumprimento da missão, trouxe deficiências à fase de combate, bem como atritos no alto comando.

Há inúmeros fatos que comprovam a falta de coordenação entre as Forças Armadas argentinas. Por exemplo, a Força Aérea só foi avisada do desembarque em San Carlos duas horas após as outras forças; as operações da Marinha com os Super Etendard foram feitas sem qualquer consulta ou comunicação com



a Força Aérea que, por sua vez, foi acusada pela Marinha de atacar alvos de prestígio na Força Naval britânica e não os mais importantes para o êxito da guerra, como os navios de transporte. Em contestação, a Força Aérea alegava o fato de não receber informações adequadas da Marinha.

Para suprir as dificuldades de coordenação do emprego independente das Forças, foi criado o Centro de Operações Conjuntas (CEOPCON), para conduzir a estratégia operacional. Devido à inexistência de integrantes do CEOPCON no arquipélago, aquele centro não teve acesso aos detalhes da situação da tropa, não permitindo a condução adequada das operações.

O fator logístico mostrou-se outro ponto fraco da doutrina militar argentina. Havia excessiva dependência de fontes externas para a obtenção de importantes peças de reposição, necessárias à manutenção de equipamentos e sistemas em condições operativas normais. A título de exemplos, podemos citar os mísseis superfície-ar autotransportados Roland, que foram se tornando inoperantes por falta de peças de reposição simples, e o fato de 30% a 40% das aeronaves Skyhawk permanecerem indisponíveis por falta de peças sobressalentes, como motores e sistema de ejeção, além do restante destas ter sua operação limitada pela dificuldade de serem conseguidos tanques de combustível descartáveis, em consequência do embargo americano.

Nenhum país pode estar certo de que não irá enfrentar um boicote como o que a Argentina sofreu, devendo avaliar cuidadosamente o grau de dependência exterior e a dimensão dos estoques de itens estratégicos que deverá manter.

A conscrição, nos moldes do serviço militar brasileiro, acarretou que um grande percentual de pessoal subalterno do Exército e, no caso argentino, também dos fuzileiros-

navais, fosse de militares inexperientes, o que, evidentemente, foi um fator de fraqueza da tropa quando comparada àquelas constituídas basicamente de profissionais, servindo voluntariamente.

2.5 Tecnologia

O conflito das ilhas Malvinas não serviu de palco para a utilização de novidades tecnológicas por parte de nenhum dos contendores. Ainda assim, a superioridade tecnológica dos ingleses em relação aos argentinos, que também possuíam forte aparato militar, foi flagrante.

Mísseis de todos os tipos tiveram emprego nas operações. A utilização do míssil francês Exocet AM-39, lançado pelos modernos aviões Super Etendard da Marinha Argentina, apesar do embargo no fornecimento de armamento àquele país por parte do Mercado Comum Europeu, mostrou-se de grande efeito, levando os navios-aeródromos britânicos a ocupar posições muito afastadas da área de ação, diminuindo, assim, a possibilidade de emprego das aeronaves Harrier embarcadas.

Embora os contratorpedeiros argentinos, com exceção das unidades tipo 42, fossem oriundos da Segunda Guerra Mundial, haviam sofrido modernização recente e estavam dotados, assim como as modernas fragatas tipo A-69, da versão superfície-superfície do míssil Exocet.

O conflito das Malvinas ratificou a importância da arma aérea para a guerra moderna. A aviação argentina, com destaque para os Super Etendard, teve um alto grau de desempenho, apesar de suas aeronaves não estarem capacitadas à operação noturna e terem sofrido severas limitações de emprego impostas pelas condições climáticas extremas durante boa parte do conflito. Por exemplo, devido às condições meteorológicas reinantes durante as três primeiras semanas de maio,



apenas 16, dentre as 85 surtidas planejadas pela Argentina, foram de fato voadas.

As enormes deficiências do sistema de defesa aérea inglês, ao qual faltavam aviões de alarme aéreo antecipado, interceptadores adequados à situação tática existente e em número compatível com as tarefas, um sistema de defesa próxima eficaz, bem como um maior número de unidades dispostas de míssil de defesa de área de médio alcance, auxiliaram, e muito, o desempenho da Força Aérea Argentina.

A possibilidade, mesmo que aquém da necessária, de efetuar o reabastecimento em vôo garantiu aos Super Etendard argentinos alcançar a força-tarefa britânica. Por outro lado, esta mesma técnica utilizada pelos britânicos influenciou definitivamente na decisão de manter a esquadra argentina confinada às bases, dada a sua grande inferioridade ante a Armada Inglesa e a impotência de sustentar o ataque das aeronaves adversárias, lá permanecendo até o final do entrave.

Os argentinos careciam, entretanto, de meios adequados à obtenção de informações sobre a força-tarefa britânica. Sua aviação de esclarecimento era muito inferior à de combate, e essa deficiência pesou bastante no transcurso das operações pela impossibilidade da identificação dos alvos e, conseqüentemente, da definição correta das ações a serem desencadeadas.

A alta sofisticação e complexidade dos equipamentos, o excepcional nível de instrução e do adestramento necessários para operá-los e mantê-los exigem dos homens elevado grau de profissionalismo, incompatível com a conscrição compulsória por pequenos períodos de tempo – cerca de um ano, em geral. Por exemplo, um batalhão de fuzileiros navais argentinos tinha, à época do conflito, 70% do seu efetivo de conscritos e os 30% restantes incluía oficiais e graduados.

Ainda que não constituíssem exatamente uma novidade, a indisponibilidade de equipamentos de visão noturna por parte da tropa terrestre argentina garantiu aos ingleses a superioridade em todos os combates realizados naquele horário.

2.6 Considerações Políticas

Os argentinos, vivendo uma crise política, econômica e social de proporções inusitadas, julgaram, com certa razão, que a retomada das Malvinas uniria o povo argentino e daria uma base consistente para a superação dos problemas que se avolumavam.

Tanto isso era verdade que, um mês antes da invasão, o jornal “La Prensa” fizera uma declaração profética: “A única coisa que pode salvar este governo é uma guerra”. No dia 30 mar. 82, as demonstrações contra o governo argentino atingiram o auge nas ruas de Buenos Aires, com a violência da turba atingindo níveis nunca vistos desde o movimento militar de 1976.

Erradamente, como logo iriam compreender, os argentinos imaginaram que a Grã-Bretanha se limitaria à ação diplomática e à imposição de sanções econômicas, aceitando em curto prazo a transferência de soberania das ilhas diante da situação de fato criada. A surpresa causada pela reação dos britânicos foi ainda maior devido ao fato de que a Inglaterra, ao perceber a iminência da invasão, não apresentou nenhum ultimato à Argentina.

Erraram, ainda, os argentinos ao acreditarem que os Estados Unidos, gratos pelo apoio em relação à América Central, onde assessores argentinos cooperavam na preparação das tropas legais de El Salvador, não se envolveriam no conflito.

Com o agravamento da situação econômica e numa desesperada tentativa de encontrar uma saída para o impasse político, econômico e institucional em que se en-



contrava o país, e, ainda, visando unificar os argentinos em torno de uma reivindicação histórica, a Argentina invadiu as ilhas Malvinas no dia 2 de abril de 1982, provocando um estado de guerra não declarada à Grã-Bretanha.

2.7 Estrutura de Força

Extremamente motivada pelos sinais de que a Inglaterra não se engajaria em um confronto armado pela retomada do território insular, além das pressões populares crescentes, a Argentina lançou-se ao combate de forma precipitada, sem estar devidamente estruturada para enfrentar a reação inglesa, embora a invasão se tenha verificado de forma rápida.

Mesmo possuindo um poderio militar inferior ao do oponente, a Argentina teria alcançado resultados bastante melhores caso houvesse se preparado adequadamente para o conflito.

Destacam-se as seguintes deficiências na estrutura das Forças Armadas argentinas:

- não foi exigido o cumprimento da doutrina de ação conjunta;
- houve falta de organização da atividade logística em termos de conjunto;
- falta de aviação moderna voltada para ataques à superfície e com maior autonomia de vôo;
- falta de meios aéreos de reconhecimento;
- falta de Forças Terrestres atualizadas profissionalmente, em especial para o combate noturno;
- falta de um maior número de submarinos para o apoio à esquadra; e
- falta de maior adestramento para aproveitamento da eletrônica.

Apesar de deficitária, somente a aviação, tanto da Força Aérea quanto da Marinha, obteve resultados expressivos no conflito das Malvinas, devido ao preparo, ao elevado

espírito profissional e ao arrojo de seus pilotos.

Consideradas as suas limitações, o resultado das ações de defesa aérea nas Malvinas pode ser considerado positivo, sendo responsável pela maioria das aeronaves inglesas abatidas e não permitindo a destruição do aeródromo de Porto Argentino, único terminal de carga existente, até o final do conflito.

O Exército não previu um eventual bloqueio naval que isolaria as ilhas do continente, o que influiu negativamente no planejamento logístico necessário para a manutenção da tropa. Some-se a isto o fato de que seus soldados não se encontravam devidamente adestrados física, psicológica ou taticamente para o combate a um inimigo experiente com poder superior ao seu.

2.8 Objetivos

No início do conflito, o objetivo era o de ocupação das ilhas para depois negociar. A falta de planejamento para uma fase do combate posterior à ocupação afetou toda a condução das operações quando da inesperada resposta britânica.

Depois da reação inglesa, sem que houvesse clima político para que a Argentina retrocedesse e desistisse da jornada, o objetivo passou a ser o de impedir a retomada das Malvinas através do reforço às posições ocupadas.

A Força Aérea Argentina, no entanto, falhou na escolha dos alvos, atacando os navios escoltas, ao invés de atacar os navios de apoio logístico, os navios-de-assalto e as tropas na cabeça-de-praia. Da mesma forma, não soube agir no sentido de obter um grau de Superioridade Aérea. Ela não procurou combater os Sea Harriers, numa forma de contestação pelo controle do ar, valendo-se apenas a um programa de combates defensivos ar-ar. Em vez de realizarem operações militares na qual o confronto lhe



seria favorável, considerando o número de aviões em relação ao inimigo, optaram por usar seu poder aéreo para impedir o desembarque da força-tarefa.

2.9 Estratégia

A participação argentina no conflito das Ilhas Malvinas foi marcada pela mudança de linha estratégica, mais por obra dos acontecimentos do que pela iniciativa de seus comandantes militares. Inicialmente, até ocorrerem as ações do Senhor Davidoff, comerciante de sucata, na Geórgia do Sul, verificava-se a utilização da Estratégia Cumulativa, através de ações isoladas e aleatórias.

Num segundo passo, verifica-se a utilização da Estratégia Direta na ocupação das ilhas, com a utilização de forças superiores às forças britânicas que lá estavam baseadas.

Como era esperado pelos argentinos que a retaliação britânica se restringisse ao campo diplomático, com prevalência das negociações visando ao objetivo final de permanecer com a posse das ilhas, verifica-se caracterizada a Estratégia Indireta na condução das ações iniciais. Entretanto, como não vislumbra-se evitar o conflito armado, tendo engajado no combate aberto, ao se dar a reação britânica ficou claro que a Argentina fez uso, naquele momento, da Estratégia Combativa.

O fato de a Argentina visar apenas os alvos militares britânicos, evitando os alvos civis, caracterizou um quinto modelo: a Estratégia de Contraforça.

Complementando a apreciação dos fatores relacionados à participação da Argentina neste conflito, verificamos que, durante toda a campanha, o país buscou a ocupação e manutenção do território insular pela força terrestre, tendo a Marinha e a Força Aérea participado no intuito inicial de transportar as tropas para o combate e, posteriormente, na defesa da força de

ocupação, evidenciando a influência dos conceitos estratégicos oriundos da Escola de Pensamento Continental.

3 - Conclusão

O anseio do povo argentino pela posse definitiva do arquipélago das Malvinas tem raízes na História, tendo se transformado em verdadeira questão de honra e pressionado o governo ao combate.

Outro fator determinante para o início do conflito foi a suposição de que a Inglaterra não esboçaria reação armada à invasão das ilhas.

Politicamente, o crescente interesse estratégico nas Ilhas Malvinas aliou-se à crítica situação econômica argentina, que precisava de um mínimo de apoio popular para as medidas de governo, e serviram de catalisador para a deflagração do conflito.

A estratégia adotada não foi coerente para atingir os objetivos políticos, pois a Argentina não estava preparada para assumir um confronto desta envergadura. Tendo iniciado a campanha com o objetivo de ocupar o território das Malvinas e mantê-lo através dos canais diplomáticos, a Argentina viu-se, repentinamente, em situação de guerra com uma nação possuidora de poderio bélico bem superior ao seu.

Além disso, as Forças Armadas da Argentina, já há mais de século sem combater, mostraram-se despreparadas nos aspectos doutrinário, tecnológico e estrutural, experimentando falhas de toda a ordem, com significativos reflexos nos resultados.

A ausência de um planejamento alternativo, que previsse as ações a desencadear no caso de uma reação armada britânica, fez com que as decisões tivessem que ser tomadas sem o necessário preparo, fato agravado pela falta de coordenação das ações entre as Forças Armadas.

Agravando a situação argentina no conflito, houve o embargo do Mercado



Comum Europeu ao fornecimento de armamento e o posicionamento dos Estados Unidos, contrário à ocupação do arquipélago pela força.

Ressalte-se, entretanto, que, embora a Argentina tenha cometido diversos erros que a levaram à derrota, o conflito desencadeou mudanças muito favoráveis à nação.

Politicamente, a guerra decretou o fim do governo militar na Argentina, que passou por reformas de relevo.

Quanto à política externa, o Conselho de Segurança da ONU exigiu a retirada das tropas invasoras e o reinício das negociações; o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca reconheceu os direitos da Argentina, mas por meios pacíficos, tendo os Estados Unidos votado contra; e a Comunidade Econômica Européia aplicou sanções à Argentina.

A Economia argentina, nos governos civis que assumiram após o conflito, experimentou alguns progressos.

No campo psicossocial, houve, apesar da frustração da derrota, sensível melhora na autoestima do povo, também influenciada pelo sucesso das medidas econômicas implantadas no período pós-guerra.

Militarmente, os argentinos aproveitaram as suas falhas para a correção dos aspectos doutrinários, e as Forças Armadas passaram a estudar a criação de corpos profissionais permanentes em substituição aos grandes efetivos de conscritos.

A Tecnologia, por fim, também teve benefícios, graças à busca do desenvolvimento de dispositivos eletrônicos e aos entraves logísticos, que estimularam a nacionalização de alguns itens bélicos, bem como a substituição de outros.

REFERÊNCIAS

1. DOBSON, Christopher. Malvinas contra Falklands: os últimos dias europeus. Lisboa: Europress Editores, 1982.
2. DUARTE, Paulo de Queiroz. Conflito das Malvinas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.
3. ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, Fundamentos Teóricos Militares: Rio de Janeiro, 2001.
4. VIDIGAL, Armando Amorim F. Conflito no Atlântico Sul: Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 1985.



Um dos cinco Super Étendard entregues à Argentina.

